

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Prazo de validade é o principal impasse da PEC

Setores pressionam para que exceção do teto de gastos seja por um ano

/ GOVERNO FEDERAL

Depois de se reunir com o vice-presidente eleito da República, Geraldo Alckmin (PSB), e o conselho político ampliado, a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, afirmou que o prazo de validade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da transição ainda é o ruído que impede o avanço da matéria.

Para a dirigente, não é justificável excepcionalizar o Bolsa Família do teto de gastos por apenas um ano, como pressionam setores do mundo político, pelo caminho legislativo. "Aí tem outros instrumentos", declarou.

De acordo com Gleisi, não há divergências de valores da PEC, apenas do prazo. "Tem gente que avalia que não dá pra ser indeterminado, gente que avalia que quatro anos do Bolsa Família fora do teto é muito", afirmou Gleisi. "Não há divergências de valores, tem sim essa questão do prazo", acrescentou, ao ressaltar que o Bolsa Família será excepcionalizado em sua totalidade do teto de gastos - ou seja, os R\$ 175 bilhões necessários para manter o benefício em R\$ 600,00 e oferecer o adicional de R\$ 150,00 por criança de até 6 anos.

Em seguida, contudo, reite-



Gleisi Hoffmann falou à imprensa após reunião do conselho político

rou a aposta de que o Congresso "terá sensibilidade" para apresentar uma "solução duradoura" para o Bolsa Família. "As pessoas não podem ficar receosas de ter interrompido seu sustento político", avaliou, ao pedir uma "solução política" para o impasse. "Não pode ser um soluço, fazer por um ano e depois renova."

As declarações de Gleisi fo-

ram dadas à imprensa após a reunião com o conselho político ampliado da transição, que, segundo ela, mostrou disposição dos partidos para ajudar a construir o caminho para a PEC. "Falamos do grande desafio que é ter garantia do Bolsa Família no que vem e espaço fiscal para as entregas", relatou, sobre o encontro.

Lula vai participar remotamente das discussões

O deputado federal Alexandre Padilha (PT-SP), um dos cotados para assumir o Ministério da Fazenda e aliado próximo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), diz que o presidente eleito está ativo e se sentindo muito bem após a cirurgia para retirada de uma lesão na garganta no

domingo passado.

Lula tinha planos de ir para Brasília ontem, mas adiou a viagem. "Ele está ativo, bem de saúde, com recuperação muito boa. A orientação para ficar em São Paulo é para poupar mais a voz. Ele vai participar remotamente de reuniões da equipe

de transição, de áreas temáticas que peçam para participar", afirmou Alexandre Padilha, que é médico.

Como mostrou o jornal Folha de S.Paulo, deverá evitar uso excessivo da voz nos 15 dias após a cirurgia, especialmente na primeira semana.

Bolsonaro volta ao Palácio do Planalto após 20 dias

Após semanas ausente, o presidente Jair Bolsonaro (PL) retornou, ontem ao Palácio do Planalto. O chefe do Executivo teve na agenda oficial uma reunião com seu ex-ministro do Desenvolvimento Regional e senador eleito Rogério Marinho (PL-RN).

Há pelo menos 20 dias Bol-

sonaro não comparecia ao local de trabalho. Desde que foi derrotado nas urnas pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o chefe do Executivo diminuiu não só sua agenda oficial como a presença nas redes sociais.

Os únicos momentos em

que ele quebrou o silêncio após a vitória do petista foram em dois pronunciamentos. O primeiro foi um vídeo onde pediu que apoiadores deixassem de interditar vias como forma de protesto, e o segundo foi uma entrevista coletiva na qual não citou Lula, nem admitiu a derrota nas urnas.



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Farmácia Popular

O orçamento do programa Farmácia Popular para 2023 está defasado em quase R\$ 1,8 bilhão, alerta o Instituto Brasileiro de Saúde e Assistência Farmacêutica. A proposta previu R\$ 1 bilhão para o programa. Caso esse número não seja revisto, pode haver queda no número de pessoas atendidas. O Farmácia Popular, programa também conhecido como Cuida Brasil, terá menor orçamento em 10 anos.

Medicamento gratuito

O deputado federal gaúcho Osmar Terra (MDB, foto), um dos pioneiros na construção do Sistema Único de Saúde (SUS), no Rio Grande do Sul, disse ao Repórter Brasília, que "em princípio, esses medicamentos nem deveriam ser pagos, isto deveria ser garantido nos postos de saúde para as pessoas, gratuitamente".



VALTER CAMPANATO/ABR/JC

Infringindo regra de ouro

"Na medida em que isso começou a ser cobrado, mesmo que sejam centavos, já está se infringindo uma regra de ouro no Sistema Único de Saúde." No entendimento do deputado Osmar Terra, "foi um erro implantado no governo petista, que critiquei, inclusive, tenho artigos escritos desde o início sobre isso. Já que está implantado, tem que ter recursos, se não tiver como repassar para as farmácias, que seja garantido no orçamento para entrega, conforme a demanda da população em cada município. Acho que tem que lutar para ter isso".

Não furar o teto

"Mas eu não pretendo furar o teto", acentua Osmar Terra, acrescentando que, "esse governo tem que ver de que maneira ele vai fazer isso seguindo uma ordem de prioridades. Furar o teto não é uma opção, porque depois você sabe o que vai acontecer? Furando o teto, você acaba promovendo inflação, não tem como, se vai gastar mais do que arrecada, desde a economia doméstica até a economia do País, as contas não fecham".

Carrasco do salário

O congressista argumenta que, "gastando mais do que arrecada na economia doméstica, fica endividado, e quando gasta mais do que arrecada na economia do País, ou fica endividado ou fabrica dinheiro, que gera a inflação, e a inflação é o maior carrasco do salário do trabalhador". Para Osmar Terra, "tem que procurar, tem que esgotar as possibilidades, o governo tem que fazer uma discussão sobre o que vai acontecer".

Orçamento tem que ser repostado

Na avaliação de Gustavo Pires, secretário-executivo do Cuida Brasil, o cenário pode ser ainda pior no próximo ano se o orçamento do programa não for recomposto. "Consolidado para a política pública de saúde para todos os brasileiros, o programa farmácia popular já chegou a atender o dobro de pessoas que hoje são atendidas", argumenta Gustavo Pires.

Situação preocupante

"Isso é preocupante. O governo que está saindo deixa um orçamento bem reduzido, que já vem sendo reduzido ao longo dos anos", avaliou Gustavo Pires. "O Farmácia Popular já teve um orçamento de R\$ 4,4 bilhões. No ano passado e neste ano, já caiu para R\$ 2,8 bilhões, e no próximo ano, o que estamos pretendendo não é uma coisa de outro mundo, a gente entende a questão fiscal, a questão da economia. O que pedimos, simplesmente, é para repor o que já teve este ano, ou seja, repor R\$ 1,8 bilhão para que se tenha, pelo menos, R\$ 2,8 bilhões, para que o programa não fique tão defasado".